

BOLETIM 16 – Brasília, 23 de novembro de 2015

Câmara começa semana com pauta trancada por MP e projetos com urgência

A MP 691/15 autoriza a União a vender imóveis de sua propriedade, incluindo os terrenos de marinha situados em área urbana de municípios com mais de 100 mil habitantes. Já o Projeto de Lei 3123/15 fixa novas normas para o cálculo do teto de remuneração do servidor público e dos agentes políticos.



A pauta do Plenário está trancada por uma medida provisória e dois projetos de lei com urgência constitucional. A MP 691/15 autoriza a União a vender imóveis de sua propriedade, incluindo os terrenos de marinha situados em área urbana de municípios com mais de 100 mil habitantes.

O texto prevê que os terrenos submetidos ao regime enfiteútico – em que a União mantém o domínio pleno e o ocupante paga uma taxa anual pelo uso – poderão ser adquiridos pelos atuais moradores (foreiros) com um desconto de 25% sobre o valor de mercado. Com a venda, o terreno passará para o domínio pleno do comprador.

De acordo com o projeto de lei de conversão do deputado Lelo Coimbra (PMDB-ES), os imóveis poderão ser vendidos se localizados em municípios com plano diretor e plano de intervenção urbanística aprovados. O texto original previa a possibilidade de alienação apenas para as cidades com mais de 100 mil habitantes.

Estão de fora dessa venda os imóveis administrados pelos ministérios das Relações Exteriores e da Defesa, pelos comandos militares, e os situados na faixa de fronteira (150 Km).



Teto remuneratório

Com urgência constitucional desde o começo do mês, o Projeto de Lei 3123/15 fixa novas normas para o cálculo do teto de remuneração do servidor público e dos agentes políticos, previsto na Constituição.

O projeto determina que a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios instituem sistema integrado de dados relativos às remunerações, proventos e pensões pagos aos servidores e militares, ativos e inativos, e pensionistas, para fins de controle do teto.

Conforme a Constituição, esse limite é, na União, o subsídio mensal dos ministros do Supremo Tribunal Federal; nos municípios, o subsídio do prefeito; e, nos estados e no Distrito Federal, o subsídio do governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos deputados estaduais e distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a 90,25% do subsídio mensal dos ministros do Supremo, no âmbito do Poder Judiciário.

Terrorismo

Também tranca os trabalhos o Projeto de Lei 2016/15, que tipifica o crime de terrorismo. Os deputados precisam votar o substitutivo do Senado, que, entre outras mudanças, retira do texto a exclusão do conceito de crime de terrorismo para a conduta individual ou coletiva de pessoas em manifestações políticas, movimentos sociais, sindicais, religiosos, de classe ou de categoria profissional.

Pós-graduação

Entre as propostas de emenda à Constituição, os deputados poderão votar os destaques à PEC 395/14, do deputado Alex Canziani (PTB-PR), que permite às universidades públicas cobrarem pela pós-graduação lato sensu e pelo mestrado profissional.

Os destaques apresentados ao texto pedem a exclusão da possibilidade de mestrado profissional pago. Esses destaques são de vários partidos que temem prejuízos ao mestrado acadêmico devido à equivalência, para o aluno, desses títulos, o que desestimularia a procura pelo mestrado acadêmico.

Retorna à pauta a PEC 209/12, que disciplina o acatamento do chamado recurso especial pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). No final de setembro, a Câmara rejeitou o substitutivo da comissão especial.

O texto original que poderá ir a voto diz que o recorrente deverá demonstrar a relevância das questões de direito federal infraconstitucional discutidas no caso para que o STJ examine a admissão do recurso, somente podendo recusá-lo com o voto contrário de dois terços dos membros.

Já o substitutivo definia outros pontos, como o que seria essa relevância, limitando-a àquelas que tivessem repercussão econômica, política, social ou jurídica.

Deficit primário

Na terça-feira (24), às 19 horas, deputados e senadores fazem uma sessão conjunta do Congresso Nacional para analisar três vetos presidenciais e projetos de lei.

O veto mais significativo é ao Projeto de Lei Complementar 274/15, que disciplina a aposentadoria compulsória por idade, com proventos proporcionais. Para o Executivo, o projeto é inconstitucional porque fere o princípio da iniciativa privativa do presidente da República de mandar ao Congresso projetos sobre pessoal.

Podem ser votados ainda o projeto de lei de diretrizes orçamentárias (LDO 2016) e o PLN 5/15, sobre o deficit orçamentário de 2015. Na LDO (PLN 1/15), o relatório prevê tetos para diárias, auxílio-moradia e passagens aéreas e limita a contratação de novos servidores em 2016.

Fonte: Agência Câmara

Ministro defende critérios do BNDES para concessão de empréstimos



O ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Armando Monteiro Neto (**foto**), defendeu, em audiência pública na Câmara dos Deputados, os procedimentos adotados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) – vinculado ao MDIC – para aprovar financiamentos.

“As análises de risco sempre se dão por processos colegiados, escrutinados. Daí ser recorrente a crítica de que o exame dos pedidos de financiamento demora”, disse Monteiro, que foi ouvido pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga possíveis irregularidades em operações de crédito do banco.

Monteiro negou que o BNDES favoreça grandes empresas e investimentos em outros países em prejuízo de médias e pequenas companhias do Brasil. “Defendo que o banco financie projetos de desenvolvimento regional. Há espaço para grandes empresas, com participação em setores específicos, para pequenas empresas e para projetos dentro e fora do País. Não são

situações excludentes”, declarou o ministro, em resposta ao deputado Alexandre Baldy (PSDB-GO).

Objetivos

Relator da CPI, o deputado José Rocha (PR-BA) indagou Monteiro sobre quais critérios, além do lucro das operações e do índice de inadimplência, o governo usa para medir os resultados banco.

O ministro explicou que os objetivos do BNDES são diferentes das metas de instituições privadas, mas, mesmo assim, é importante assegurar bons resultados financeiros, pois parte do capital do banco vem de recursos dos trabalhadores, como o FAT e o PIS/Pasep.

Falências

O deputado João Gualberto (PSDB-BA) comentou casos de empresários que teriam recebido recursos do BNDES e entrado em processo de falência seis meses depois. “O senhor José Carlos Bumlai, por exemplo, após ter recebido inicialmente R\$ 300 milhões do BNDES, recebeu mais R\$ 100 milhões mesmo havendo pedido de falência judicial. Será que não mereceria uma análise melhor desse caso?”, indagou Gualberto.

Monteiro disse desconhecer o episódio e desconsiderou a possibilidade de o banco ter concedido os recursos diante de um pedido de falência. “Talvez o BNDES não conhecesse esse pedido”, respondeu.

Ajuste fiscal

Já o deputado Sergio Vidigal (PDT-ES) questionou o ministro se será possível, no atual momento de ajuste fiscal do País, sustentar o nível de subsídios ofertados pelo banco ao setor produtivo.

Vidigal citou dados trazidos ao colegiado pelo ex-presidente do banco, Carlos Lessa, segundo os quais, em 2016, o custo dos



empréstimos do BNDES baterá recorde de prejuízo, alcançando R\$ 38 bilhões, a serem pagos pelo Tesouro Nacional. Para o ministro, a questão a ser avaliada é se o custo desse subsídio se traduziu naquilo que a sociedade esperava em termos de desenvolvimento econômico.

O prejuízo decorre do fato de o BNDES captar recursos que serão remunerados pela Taxa Selic – mais alta – e, por outro lado, cobrar do setor produtivo juros menores, atrelados a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP).

Abreu e Lima

Vidigal também comentou relatório recente do Tribunal de Contas da União (TCU), conforme o qual houve superfaturamento nas obras da refinaria de Abreu e Lima, da Petrobras, que recebeu R\$ 9,89 bilhões do BNDES. Monteiro justificou os investimentos argumentando que, há 30 anos, o País não investia em refinarias e que a Petrobras era a principal empresa brasileira à época.

Exportação

Monteiro rebateu críticas a financiamentos de projetos de empresas brasileiras que exportam serviços na área de infraestrutura para países da África e da América. “A exportação de serviços representa algo entre 2% ou 2,5% do total financiado pelo BNDES em infraestrutura”, explicou Monteiro.

Fonte: Agência Câmara

Deputados cobram multa mais rigorosa para empresa que causar dano ambiental

Participantes de audiência pública promovida por quatro comissões da Câmara dos Deputados foram unânimes em atribuir à mineradora Samarco a responsabilidade pelo desastre em Mariana (MG), onde uma barragem de rejeitos de mineração se rompeu e causou mortes, desaparecimentos e um desastre ambiental que afetou milhares de pessoas e a contaminação de mais de 500 quilômetros do Rio Doce, entre Minas Gerais e o Espírito Santo. Deputados pediram mudanças legais para tornar obrigatória a implantação de medidas preventivas e acabar com os limites máximos de multas por danos ambientais a empresas responsáveis por desastres dessa natureza.

A audiência foi promovida pelas comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Legislação Participativa; Direitos Humanos e Minorias; e Fiscalização Financeira e Controle.

A barragem, chamada Fundão, pertence à mineradora Samarco, controlada pela Vale do Rio Doce e pela anglo-australiana BHP. Ela se rompeu no dia 5 de novembro em Mariana, cidade histórica a 124 quilômetros de Belo Horizonte. O rompimento, considerado o maior desastre ambiental do País, provocou uma *tsunami* de lama que destruiu o distrito de Bento Rodrigues, a 35 quilômetros do centro de Mariana, e propriedades rio abaixo.

A lama atingiu o Rio Doce, provocando mortandade de peixes e prejudicando o



abastecimento de água em dezenas de cidades e vilarejos. Até a segunda-feira (16), 12 pessoas estavam desaparecidas e quatro corpos não haviam sido identificados. Sete mortos já foram identificados e mais de 600 pessoas ficaram desabrigadas.

Multa sem limite

O deputado Sarney Filho (PV-MA), presidente da Comissão Externa que visitou os locais atingidos, anunciou que o relatório final do colegiado vai recomendar o fim do limite máximo de multa por danos ambientais aplicadas a empresas responsáveis por desastres desse tipo. A multa máxima, hoje, é de R\$ 50 milhões, e a alteração tem de ser aprovada pelo Congresso Nacional.

No caso do desastre ocorrido em Mariana, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) aplicou à Samarco cinco multas, num total de R\$ 250 milhões.

Luciano Evaristo, presidente-substituto do Ibama, disse que a lei não permite multa maior. “Este é o mais catastrófico acidente com barragem no País. Há mais de 500 quilômetros de rios atingidos, mas depende do Congresso alterar a legislação”, explicou.

O representante do Ministério das Minas e Energia, Carlos Nogueira da Costa, disse que as multas aplicadas pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) são irrisórias. “Deveriam ser de, no mínimo, R\$ 100 milhões”, disse.

O prefeito de Mariana, Duarte Júnior, também criticou o valor baixo das multas e manifestou preocupação com a crise financeira do município, que depende da mineração. “Multa de

50 milhões é pouco; a lei tem que prever que o valor seja revertido para as cidades atingidas”, disse.

Segundo ele, com a suspensão das atividades da Samarco a prefeitura vai deixar de arrecadar, a partir de janeiro, o Imposto sobre os Serviços (ISS) e deixar de receber a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Cfem).

“Com isso, os serviços básicos à população estão ameaçados. A Samarco, a única responsável, tem que arcar com esses prejuízos”, disse.

Para o deputado Sarney Filho, a multa não pode ser confundida com a reparação dos danos. “A reparação é obrigação, seja ela de R\$ 5 bilhões, R\$ 10 bilhões. A empresa vai ter que revitalizar toda a bacia que ela foi responsável por ter matado. A multa é uma penalidade e não deve ter teto”, disse.

Falta de aviso

A mineradora Samarco também foi acusada de não avisar os moradores atingidos sobre o rompimento da barragem, o que impediu a fuga de vítimas.

Cláudia Bonalume, representante do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, disse que não havia plano de evacuação dos atingidos: “Com isso, perdemos cinco adultos e cinco crianças.”

A falta de plano de emergência foi confirmada por uma moradora atingida, Rosilene Gonçalves da Silva. Ela gravou um depoimento apresentado na audiência. Rosilene morava no povoado de Bento Rodrigues, a 35 quilômetros do centro de Mariana, que foi totalmente destruído. “Ninguém foi avisado. A barragem começou a romper duas horas antes e daria tempo para



avisar todo o mundo. Eles tinham os nossos celulares. A preocupação deles era só com o lucro que estavam tirando dali; consideravam a gente como lixo”, disse.

A subprocuradora da República Sandra Cureau, coordenadora da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural de Minas Gerais, disse estar “estarecida” com o comportamento da mineradora Samarco.

“Houve total falta de respeito da Samarco com os seres humanos. Ela não tinha plano de emergência e não sabe nem para quem avisou. E disseram que não têm de pedir desculpas a ninguém”, criticou, referindo-se a entrevistas de um diretor da empresa.

Fonte: Agência Câmara

Senado debate políticas públicas para idosos

As políticas públicas que asseguram os direitos das pessoas idosas serão tema de audiência pública a ser realizada na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) na quarta-feira (25), às 9h. A audiência atende ao requerimento do senador Elmano Férrer (PTB-PI).

Foram convidadas para o debate Karla Cristina Giacomini, pesquisadora do Núcleo de Estudos em Saúde Pública e Envelhecimento da Fundação Instituto Oswaldo Cruz (Fiocruz) e da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Marília Anselmo Viana da Silva Berzins, presidente do Observatório da Longevidade Humana e Envelhecimento; Marlúcia Gomes Evaristo Almeida, promotora de justiça do Ministério

Público do Piauí e coordenadora do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Pessoa com Deficiência e do Idoso; Monize da Silva Freitas Marques, juíza coordenadora da Central Judicial do Idoso do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT); Paula Regina de Oliveira Ribeiro, defensora pública do Distrito Federal e especialista em gerontologia e saúde do idoso; e ainda uma representante do Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos.

Fonte: Agência Senado

País fecha 169 mil postos de trabalho com carteira assinada em outubro

O Brasil fechou em outubro 169.131 postos de trabalho com carteira assinada, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), divulgados sexta-feira (20) pelo Ministério do Trabalho. Este foi o sétimo mês seguido de fechamento de vagas formais.

Os números representam a menor geração de empregos para o outubro desde 1992, quando se iniciou a série histórica. O total resulta da diferença entre admissões (1.237.454) e demissões de trabalhadores (1.406.585).

No acumulado do ano, foram fechados 818.918 postos de trabalho com carteira assinada, menor resultado para o período desde 2002, início da série histórica, de acordo com dados do Ministério do Trabalho. Nos últimos 12 meses, o Brasil perdeu 1.381.992 empregos com carteira assinada.



Atividade econômica

Em outubro, segundo os dados oficiais, todos os setores da atividade econômica demitiram mais que contrataram. A maior queda ocorreu na construção civil (menos 49.830 postos). Segundo ministério, isso ocorreu devido à queda nas atividades relacionadas à construção de edifícios e obras de geração e distribuição de energia elétrica.

Em sequência, vem a indústria de transformação, com fechamento de 48.444 postos de trabalho. O setor de serviços fechou 46.246 empregos com carteira assinada. A agricultura, por sua vez, fechou 16.958 postos formais em outubro, e o comércio fechou 4.261 vagas formais. A indústria extrativa mineral demitiu 1.413 pessoas.

Regiões

No mês, todas as regiões registram queda no total de empregos formais. O Sudeste registrou o maior número de fechamento de postos de trabalho, 97.384. No Sul, foram cortados 21.422, enquanto o Nordeste, 17.630. A região fechou 16.435 postos e Norte, 16.260.

De acordo com o Caged, das 27 unidades da Federação, 23 reduziram o total de empregos. Os estados de São Paulo e Minas Gerais foram os que mais fecharam vagas no mês, com um saldo de demissões de 50.423 e 24.502, respectivamente.

Por outro lado, os estados que mais geraram empregos concentraram-se na Região Nordeste, com destaque para Alagoas (+6.456 postos) e Sergipe (+1.063 postos).

Fonte: Agência Brasil

Estoque de empregados em outubro é de 40,3 milhões

O número de empregados no Brasil com carteira assinada em outubro é de 40.386.567 de trabalhadores, de acordo com os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), divulgados nesta sexta-feira (20) pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social. O estoque ocupa a 3ª melhor posição no ranking desde 2002, mesmo com a diminuição de 169.131 vagas no mês, inferior apenas a outubro de 13/14.

Segundo os dados do Caged, em outubro, houve expansão do emprego na Indústria de Produtos Alimentícios, com geração de 6.258 postos de trabalho, principalmente pela ampliação de 5.035 postos nas atividades vinculadas à fabricação de açúcar. A Agricultura registrou o melhor resultado para o mês (-16.958) desde 2009.

As menores quedas em outubro foram registradas no setor de Administração Pública (-569), Extrativa Mineral (-1.413), Serviços Industriais de Utilidade Pública (-1.410) e Comércio (-4.261). A Construção Civil (-49.830), Indústria da Transformação (-48.444) e Serviços (-46.246) foram os setores com maior perda de posto no mês.

Entre os estados, em Alagoas, (+6.456) e Sergipe (+1.063) houve geração de emprego formal. São Paulo (-50.423) e Minas Gerais (-24.502) foram os estados com maiores perdas de vagas no mês. No conjunto das nove áreas metropolitanas, a redução foi de 0,41% (-67.654), registrando maiores perdas em São Paulo (-24.103) e Belo Horizonte (-12.648).

Fonte: MTE



Sindicalistas criticam projeto da terceirização em audiência no Espírito Santo

A terceirização foi tema de mais uma audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislativa Participativa (CDH), promovida junto com a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Espírito Santo (Ales), na última quinta-feira (19), em Vitória.

Representantes de entidades sindicais, de movimentos sociais e do Ministério do Trabalho discutiram o projeto de Lei da Câmara (PLC) 30/2015, que está em análise no Senado. O relator é o senador Paulo Paim (PT-RS), que preside a CDH e vem promovendo o debate sobre a proposta em várias capitais.

Já aprovado pela Câmara Federal como projeto de lei 4.330/2004, do deputado Sandro Mabel (PL-GO), em abril, o PLC 30/2015 foi criticado pelos participantes da audiência.

Escravidão

Paim voltou a afirmar, em Vitória, que a aprovação do PLC 30/2015 significa a revogação da Lei Áurea e a volta à escravidão, pois rebaixa salários, retira direitos dos trabalhadores e aumenta o desemprego. Para Paim, o que os 13 milhões de trabalhadores terceirizados precisam é das garantias que têm os contratados pela CLT.

O deputado Nunes (PT), presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Espírito Santo, pediu que as centrais sindicais se unam em campanha de conscientização dos trabalhadores do estado,

esclarecendo os prejuízos que virão com a aprovação do projeto. Para ele, o mesmo deve ser feito em ralação aos três senadores que representam o estado do Espírito Santo.

Mercadoria

Maximiliano Garcez, do Fórum Permanente em Defesa dos Trabalhadores Ameaçados pela Terceirização, afirmou que o projeto transforma o trabalhador em mercadoria. — Ele pode ser terceirizado, quarteirizado, quinteirizado, sem qualquer direito, e descaracterizado. A capacidade da classe trabalhadora se organizar seria destruída — disse.

A terceirização, segundo ele, significa a continuidade do trabalho infantil, trabalho escravo, precarização e da sonegação.

Para Hugo Melo Filho, presidente da Associação de Juizes do Trabalho e da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 30/2015, já aprovado na Câmara Federal e em tramitação no Senado, compromete a economia do País.

Ele adverte que, com a nova lei, se aprovado o projeto, as dispensas acontecerão certamente. Hugo Melo Filho entende que “uma empresa sem empregados é como uma escola sem professores ou uma empresa de transporte aéreo sem pilotos diretamente contratados”.

— Se a empresa que contrata serviço terceirizado gasta menos com mão de obra, é porque a empresa terceirizadora paga salários muito mais baixos a seus contratados — conclui Melo Filho.

Já o representante do Ministério do Trabalho e Previdência Social, Alcimar Candeias, declarou que um trabalhador terceirizado, mesmo



prestando serviços por mais de 20 anos, tem como diferença não só a cor do uniforme, mas também a ausência dos direitos que têm os trabalhadores contratados pela CLT.

— Além disso, há empresas terceirizadas que desaparecem, abandonando os trabalhadores sem pagar seus salários, deixando-os sem [ter] onde recorrer. E a tomadora dos serviços alega que pagou à prestadora dos serviços — denunciou.

Pessoas com deficiência

Edson Wilson do Sindicato dos Trabalhadores em Energia (Sinergia) disse que os jovens aprendizes sofrerão com a diminuição da necessidade de mão de obra qualificada e da oferta de capacitação. Para ele, as pessoas com deficiência serão ainda mais prejudicadas com a terceirização, já que as empresas não cumprirão a Lei das Cotas.

Valnete Freitas, delegada do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait), disse que de cada 10 acidentes de trabalho, oito são com os terceirizados, pelas condições precárias das condições de trabalho. Freitas denuncia que não há auditores fiscais para a grande quantidade de empresas praticando o trabalho terceirizado.

O Espírito Santo é o 24º Estado que Paim visita para debater o PLC 30/2015. Paim lembrou que na tragédia de Mariana, a maioria dos trabalhadores em atividade nas barragens é terceirizada e não funcionários da Samarco. Ele pediu um minuto de silêncio em memória aos mortos.

Fonte: Agência Senado

PPE atinge universo de 30 mil trabalhadores

Quando da edição da MP 680/2015 em 6 de julho desse ano, criando o Programa de Proteção ao Emprego – PPE, a meta anunciada pela presidenta Dilma Rousseff era beneficiar 50 mil empregados. Quatro meses depois, balanço divulgado pelo MTPS demonstra que 33 Termos de Adesão ao PPE já foram aceitos pelo comitê de análise do Programa, com investimentos de R\$ 91,5 milhões, preservando o emprego de 30.202 trabalhadores. De acordo com os dados do ministério, até 18 de novembro, 23 empresas assinaram os 33 termos de adesão ao PPE, por meio de filiais e matrizes. Há ainda outros 42 processos de adesão tramitando no MTPS (38 de matrizes e quatro de filiais).

Caso a análise desses processos resulte na autorização para a assinatura do Termo de Adesão, outros 12.264 trabalhadores serão incluídos no PPE, o que representa um investimento de R\$ 29,7 milhões em benefícios. Além disso, se todas essas empresas conseguirem ingressar no programa, o total de recursos alcançará R\$ 121,2 milhões, preservando 42.466 empregos.

Setores – Entre as 75 empresas (matrizes ou filiais) que solicitaram adesão ao PPE – incluindo as que já tiveram os Termos de Adesão deferidos e aquelas cujo processo ainda permanece em análise – 27 são do setor automotivo; 17 do metalúrgico; 16 do fabril; cinco de serviços; e quatro de comércio. Os setores alimentício, têxtil, financeiro e imobiliário, até o momento, estão representados, cada um, por uma empresa.



Estados – Entre os estados, São Paulo é o que mais concentra empresas que solicitaram adesão ao PPE: 54. A seguir vêm: Minas Gerais (8), Rio Grande do Sul (4), Rio de Janeiro (3), Paraná (3) e Santa Catarina (2). Nenhuma empresa dos demais estados solicitou adesão ao PPE até o momento.

Novos prazos – A MP 680/2015 estabeleceu que o prazo final de adesão ao PPE era até 31 de dezembro de 2015. Porém, sua tramitação, no Congresso Nacional beneficiou ainda mais os empregadores e trabalhadores brasileiros. O texto da Lei de Conversão sancionado pela Presidenta Dilma nesta quinta-feira (19) prorrogou o prazo de adesão ao Programa até 31 de dezembro de 2016 e também ampliou o tempo máximo de participação das empresas de 12 para 24 meses.

Fonte: MTPS

Dieese: 60 anos de atuação em favor do movimento sindical

Para celebrar a data, a Comissão de Direitos Humanos (CDH) do Senado Federal vai realizar sessão solene nesta terça-feira (24), a partir das 14h. O evento será no plenário 2 da Ala Senador Nilo Coelho.

As entidades filiadas e o movimento sindical em geral estão sendo convidados a participar da sessão, momento único para prestigiar e festejar os 60 anos do Dieese, instituição cuja expertise de atuação é em prol do movimento sindical e, por conseguinte, em

benefício para o conjunto da sociedade brasileira. Vida longa ao Dieese!

O Dieese é uma criação do movimento sindical brasileiro. Foi fundado em 1955 para desenvolver pesquisas que fundamentassem as reivindicações dos trabalhadores.

Ao longo de 60 anos de história, a instituição conquistou credibilidade, nacional e internacionalmente. Reconhecido como instituição de produção científica para o conjunto do movimento sindical.

AGENDA PRESIDENTE

FRANCISCO CHAGAS COSTA – MAZINHO

Dias 23 a 25 de novembro

Local: Manaus (AM), onde comemora, com a família, dia 24, seu aniversário.

Dias 27 a 29 de novembro

Local: São Paulo (SP), onde participa, representando a CONTRICOM, no dia 27, da solenidade de inauguração da nova sede da Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST) de São Paulo. Mazinho é o atual vice-presidente nacional da Nova Central.

BOLETIM DA CONTRICOM

Presidente da CONTRICOM

Francisco Chagas Costa – Mazinho

Redação e Edição

Instituto Dois Candangos (DF)